

**HABEAS CORPUS Nº 548.094 - PB (2019/0354184-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : **HERCULANO BELARMINO CAVALCANTE**  
**ADVOGADO** : **HERCULANO BELARMINO CAVALCANTE - PB009006**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**PACIENTE** : **JOSÉ JÚNIOR DOS SANTOS**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**

**DESPACHO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de JOSÉ JÚNIOR DOS SANTOS.

De acordo com os autos, o paciente foi condenado a 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, pelo cometimento do crime do art. 313-A do Código Penal.

A defesa interpôs recurso especial, alegando, em síntese, violação aos arts. 41 e 492 do Código de Processo Civil e 384 do Código de Processo Penal. Argumenta a defesa que teria havido violação ao princípio da correlação, porquanto a condenação do ora recorrente se deu por delito diverso daquele pedido pelo órgão acusador, pedindo, por essa razão, a desclassificação da conduta prevista no art. 313-A para a do art. 171, § 3º, ambos do Código Penal.

Aduziu que não há fundamentação para o decreto condenatório e que o juiz está obrigado a debruçar-se sobre todas as teses e argumentos apresentados pelas partes. Por fim, alega que não há fundamentação idônea para a valoração negativa dos vetores judiciais da culpabilidade e consequências do delito. Pede que seja reconhecido seu direito de recorrer em liberdade, sem iniciar a execução provisória da pena.

Negou-se seguimento ao recurso com esteio no art. 932, inciso IV, alínea "a", do Código de Processo Penal, c/c o art. 255, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Após o julgamento do recurso especial, a defesa impetrou *habeas corpus* pretendendo a suspensão da execução provisória da pena.

Considerando o conteúdo do pedido formulado nesta impetração e a ausência de notícias de interposição de agravo regimental, embargos de declaração ou de recurso extraordinário, intime-se o impetrante para que traga aos autos documentação atestando que a Ação Penal n. 0000472-35.2015.4.05.8201 ainda não transitou em julgado, sob pena de extinção do feito sem julgamento de mérito.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator